

0 IPCC

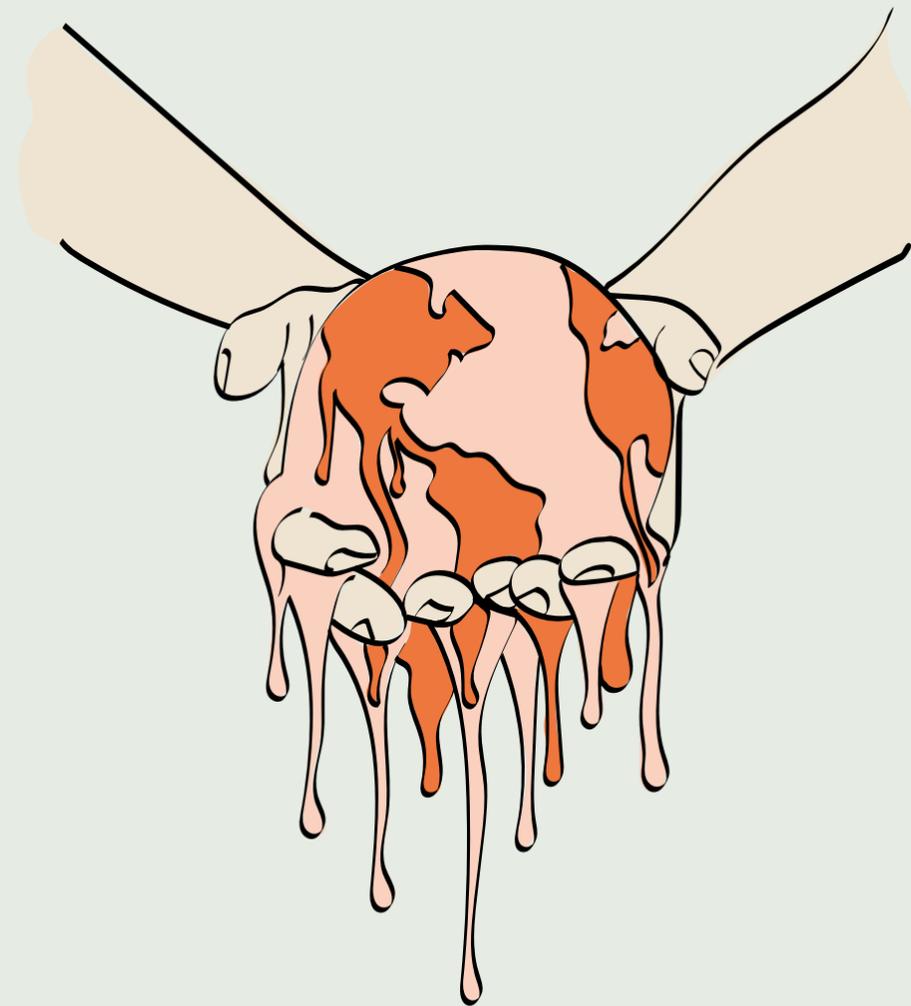


A ciência ataca a crise do clima



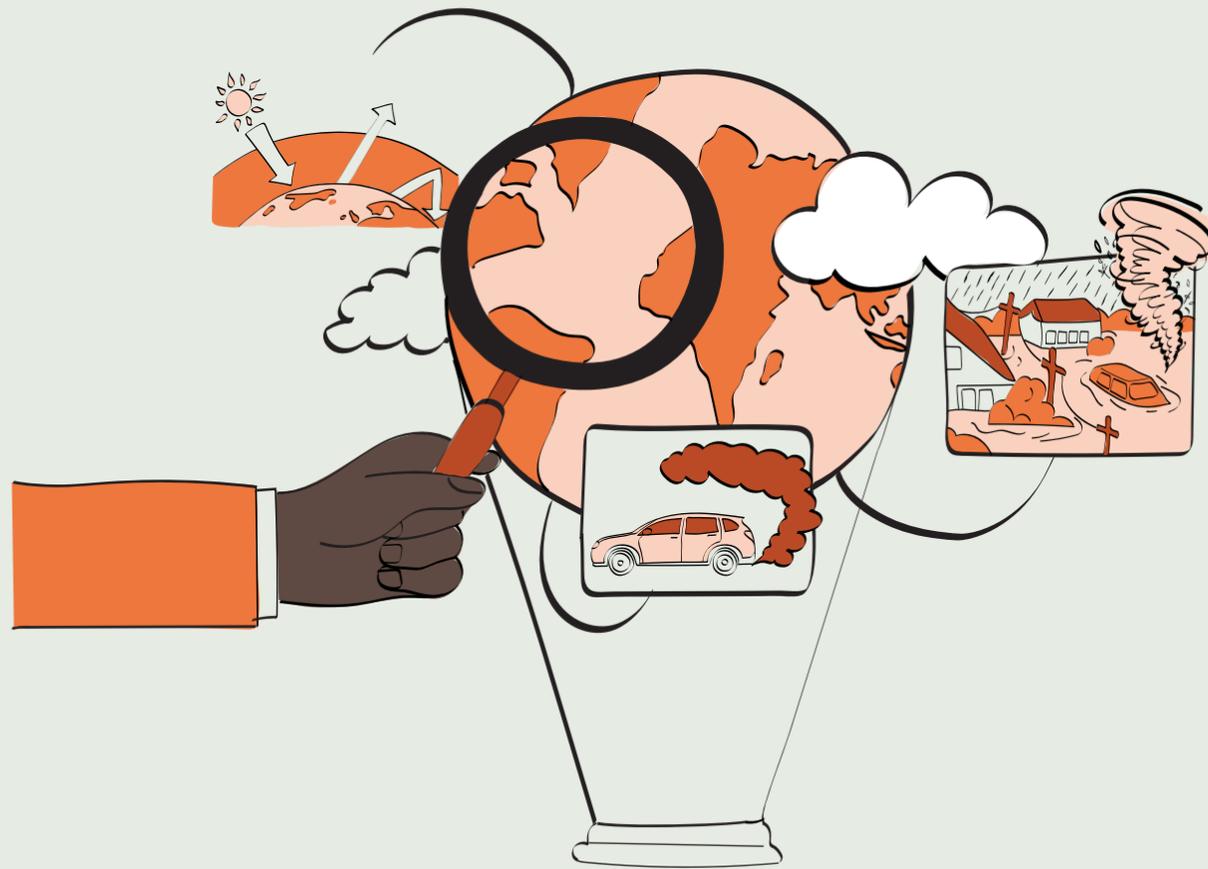
Um discurso histórico do climatologista James Hansen numa audiência pública no Senado dos Estados Unidos, em 23 de junho de 1988, foi decisivo para pôr a crise climática no radar da opinião pública. Na ocasião, Hansen, então diretor de estudos espaciais da Nasa, apresentou três principais conclusões: a Terra estava mais quente do que em qualquer outro período recente da história; esse aquecimento podia “com 99% de certeza” ser atribuído às atividades humanas que aumentaram a concentração de gases-estufa na atmosfera; e esse processo aumentaria a intensidade e a frequência de eventos extremos como ondas de calor, tempestades e secas.

Naquela mesma época, o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e a OMM (Organização Meteorológica Mundial) já vinham discutindo o assunto. Dias depois do depoimento de Hansen, foi realizada em Toronto, no Canadá, a conferência *Changing Atmosphere: Implications for Global Security*, promovida pelo governo canadense com apoio das duas instituições. Tomadores de decisão, políticos, cientistas, ONGs, órgãos governamentais e integrantes do corpo da ONU aprovaram ali uma declaração afirmando a existência do aquecimento global causado por ação humana.



No mesmo ano, foi criado o IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, uma iniciativa do Pnuma e da OMM. A Assembleia Geral do órgão de 6 de dezembro de 1988 estabeleceu a primeira tarefa: preparar um panorama sobre o “estado da arte” do conhecimento científico sobre as mudanças climáticas, o impacto social e econômico do fenômeno e apontar estratégias de enfrentamento. Sinalizou-se, também, a ideia de criar uma conferência global sobre o clima.

O IPCC reúne centenas de cientistas do mundo todo, trabalhando voluntariamente divididos em três grupos de trabalho: um avalia a base física da mudança do clima; um segundo, os impactos e as vulnerabilidades de sociedades e ecossistemas; o terceiro trata da chamada mitigação, ou como reduzir as emissões de gases que causam as alterações climáticas. Esses grupos se dedicam a compilar, a cada cinco ou seis anos, todo o conjunto de evidências disponíveis na literatura científica, e a produzir grandes relatórios de avaliação com tudo o que a humanidade sabe a respeito. Esses relatórios, de mais de mil páginas cada um, são acompanhados de um sumário para tomadores de decisão, na esperança de que os políticos, uma vez informados, possam agir.



Ao todo, o IPCC já publicou seis grandes relatórios. O primeiro (chamado FAR), em 1990, forneceu a base científica para o estabelecimento da Convenção do Clima das Nações Unidas, em 1992. O segundo (SAR), em 1995, abalou o mundo ao detectar pela primeira vez “evidência discernível” do impacto humano no clima — levando à aceleração de campanhas desinformativas pela indústria fóssil. O quarto (AR4) deu ao IPCC o Prêmio Nobel da Paz de 2007.

O IPCC é frequentemente acusado de alarmismo. Na verdade é o contrário: o painel é extremamente conservador, por dois motivos. Primeiro, as conclusões dos sumários executivos precisam ser aprovadas palavra por palavra por representantes de mais de 190 governos, o que inclui países petroleiros como Estados Unidos, Rússia e Arábia Saudita. Segundo, os relatórios se baseiam em ciência consolidada e frequentemente descartam estudos novos e cenários extremos. Por exemplo, em 2007 já havia evidências de que o derretimento de mantos de gelo causaria uma elevação de 1 metro ou mais no nível do mar, mas o IPCC preferiu se ater a trabalhos que mostravam uma elevação máxima de metade disso. Os dados novos só seriam publicados no relatório seguinte, em 2013, quando já eram amplamente aceitos pela comunidade científica.